

SAE propõe eleições gerais já e que PF assuma funções da CPI

**SILVANA DE FREITAS
E GETÚLIO MALTA**

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República concluiu, em estudo sigiloso, que a saída menos traumática para a crise gerada pelas denúncias de corrupção será a antecipação das eleições

gerais, associada à transferência das investigações da CPI do Orçamento para a Polícia Federal e para o Supremo Tribunal Federal. Este estudo coincide com a simpatia declarada do presidente Itamar Fran-

co pela antecipação das eleições e com a paralisia a que o Presidente se submeteu desde a instalação da CPI, há três semanas.

A alternativa foi apontada ao se considerar a falta de credibilidade do Congresso em punir importantes lideranças citadas como envolvidas no esquema de desvio de verbas públicas. Considerou-se também o desgaste do Governo, que não teria mais condições de conter a escalada inflacionária. Os técnicos da SAE acreditam que a corrupção revelada é "caso de polícia". Eles prevêem que o "espírito de corpo" dos parlamentares vai impedir uma investigação suficientemente rigorosa e evitar uma ampla mobilização popular.

O estudo foi feito por iniciativa dos técnicos, que concluíram pela

impossibilidade de haver uma "saída natural" para a crise política, o que exigiria do Governo a iniciativa de comandar o seu desfecho. Entre as alternativas, eles também avaliaram o risco de golpe militar e a opção de renúncia apenas do presidente Itamar Franco, que levaria o Congresso a eleger um substituto para o mandato-tampão de pouco mais de um ano. As duas foram consideradas menos viáveis.

De acordo com este estudo, a falta de credibilidade atingiria especificamente a CPI do Orçamento. O presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho, estaria sob suspeita, por proibir os outros membros de divulgar informações sobre as investigações. Esta proibição pode ser interpretada como uma disposição deliberada de sonegar da-

dos que comprometeriam novos parlamentares. Da mesma forma, a revelação de que Passarinho não vê motivos para tomar os depoimentos do governador Joaquim Roriz e do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), acusados de envolvimento no esquema de corrupção, reforçaria as suspeitas.

A acusação contra o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, de sub-faturamento do valor de uma fazenda na declaração do Imposto de Renda, confirmaria que a situação dentro do Governo também não é confortável. O ministro estaria, neste momento, muito mais preocupado em justificar que não sonegou imposto do que efetivamente em elaborar um plano para conter o crescimento da inflação.

